



Observatório da Oposição

18 DE NOVEMBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 73

**Sai escala 6x1,
entra escala 4x3?**

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221



SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

PRIORIDADES DA SEMANA

1

ECONOMIA

Sai escala 6x1, entra escala 4x3?

Página

01

2

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Janjapalooza: O governo que prefere o show do que a educação

12

3

TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

Presidente do PT patrocina novo projeto de censura da internet

17

4

MEIO AMBIENTE

Oposição mitiga efeitos colaterais da regulamentação do Mercado de Carbono

20

5

AGRO

Adjudicação ilegal de imóveis rurais: Governo ignora regras, impactos fiscais e fragiliza a segurança jurídica no campo

27



ECONOMIA

Sai escala 6x1, entra escala 4x3?

A importância da manutenção da liberdade de definição da jornada de trabalho por meio dos acordos entre empregados e empregadores. Como a burocracia, baixa capacitação e educação deficiente impactam a produtividade no país.

Nova tática após a vergonha progressista nas eleições de 2024

- Durante uma legislatura, é comum a apresentação de propostas que revisitam a duração do trabalho, seja em horas diárias, seja na jornada semanal. Muitas dessas propostas tramitam e são debatidas, buscando restrições a atividades específicas ou mudanças de caráter geral. Recentemente, ganhou destaque uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), apresentada com assinaturas suficientes para tramitar como uma ideia "nova".



- Embora as eleições municipais no Brasil e gerais nos Estados Unidos tenham se encerrado há menos de um mês, a PEC, de autoria do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), emerge como uma tentativa de revitalizar a agenda da esquerda brasileira após os resultados desfavoráveis nas urnas. Em um curto intervalo, a proposta saiu da obscuridade e passou a ocupar o centro das atenções da imprensa, de grupos parlamentares e até de representantes do governo.
- Esse movimento trouxe um sopro de esperança à retórica tradicional da esquerda, servindo como alento ao Partido dos Trabalhadores (PT), que não conseguiu capitalizar politicamente o fato de estar no comando do governo federal. Paralelamente, Lula e Haddad encontraram algum fôlego no enfrentamento ao imbróglio em torno das medidas de corte de gastos públicos.
- A derrota eleitoral da esquerda também ecoou nos Estados Unidos, onde a vice-presidente Kamala Harris, um ícone da agenda progressista e do chamado wokismo, viu o Partido Democrata perder a presidência para Donald Trump. Além disso, os republicanos conquistaram o controle do Senado e da Casa dos Representantes (equivalente à Câmara dos Deputados).
- Em resumo, a troca de foco político ocorreu de forma abrupta, sendo reativa ao cenário descrito acima. Isso evidencia a improvisação e resulta em uma série de contradições e perguntas que ainda aguardam resposta quanto às próximas ações do governo.

Resumo da proposta

- A proposta apresentada pela Deputada é de redução da carga de trabalho semanal de 44 para 36 horas, com jornada de trabalho de 04 (quatro) dias por semana, **sem qualquer redução salarial**. Vejamos:

“Dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil”

Art. 7º XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e trinta e seis horas semanais, com jornada de trabalho de quatro dias por semana, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor 360 dias após a data da sua publicação.

- Atualmente, a Constituição Federal estabelece que a jornada de trabalho não seja superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais, podendo ser estendida por até 2 horas em caso de hora extra, a ser combinado entre empregado e empregador.
- Ademais, **as categorias podem ter jornadas menores, seja por lei ou por negociação com o sindicato respectivo.** As 44 horas semanais podem ser distribuídas em apenas cinco dias, mas alguns preferem distribuir em seis dias, pois são atividades que necessitam de operação contínua, como o comércio, a construção civil, os hotéis e os bares e restaurantes.


Defesa desguarnecida: qual o debate a ser feito?

- Ainda sem nenhum estudo de impacto relevante a esse respeito para o caso brasileiro, cálculos do economista Daniel Duque, [em reportagem do Estadão](#) mostram que a redução da jornada média para 40 ou para 36 horas semanais tem impacto negativo significativo na renda e no PIB. Nos cálculos do economista, a PEC poderia reduzir o PIB e o PIB per capita entre 2,1% e 6,8%, no caso mais otimista, e entre 3,3% e 8,1%, no mais pessimista.
- [De acordo com estudo](#) da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), se aprovada, a redução da jornada pode gerar impacto para a indústria em custo adicional total de R\$ 115,9 bilhões por ano. A análise, que considera os diferentes setores industriais, estima que o custo adicional total representa um aumento de 15,1% nos gastos com pessoal.
- Na mesma linha, a [Associação Brasileira de Bares e Restaurantes \(Abrasel\)](#), alerta que esse aumento de custo seria de até 15% e que existe demanda da sociedade em ter bares e restaurantes abertos durante os sete dias da semana. Nesse setor, como se sabe, prevalecem os pequenos empreendimentos.
- O economista Pedro Nery reforça este argumento ao apontar que a grande ameaça da PEC é a redução de 44 para 36 horas de trabalho semanais com a manutenção salarial. Isso reduz a força de trabalho em 33%, aumentando o custo da folha de pagamento das empresas em 15% por hora trabalhada. O aumento dos custos atingiriam, sobretudo, as pequenas e médias empresas, podendo levar à interrupção de novas contratações ou substituição de pessoas por máquinas, aumento da inflação de serviços e inviabilização de pequenos negócios.

- No contexto de outros pequenos estabelecimentos, como as farmácias, a deputada proponente, em entrevista à GloboNews e ao ser questionada se haverá repasse para o custo de medicamentos, disse não haver estudo específico sobre o impacto que a redução de jornada teria nos remédios. Trata-se, no entanto, dos estabelecimentos que passam a maior parte do ano abertos e de extrema necessidade para a população.
- Por fim, [citamos artigo](#) no jornal O Globo de Gabriel Ulyssea, professor da University College London, que explica que a PEC possivelmente terá efeito oposto ao pretendido. De acordo com o professor, a proposta deixa os informais de fora, enquanto se fala de uma política que mira em menos da metade dos trabalhadores. Além disso, diferente dos que os defensores da proposta argumentam, os países que adotaram jornadas menores de trabalho não viram aumento de emprego.

Entender como o jogo é jogado internacionalmente ou atacar a legislação?

- Sabe-se que a discussão a respeito da estagnação da produtividade da economia brasileira, por quase 40 anos, é um dos assuntos mais importantes no debate econômico do país. **Os países que reduziram o número de horas trabalhadas, o fizeram com ganhos de produtividade.** A Tabela 1 mostra como os países avançados alcançaram tal resultado e compara essas experiências com a atual situação brasileira:

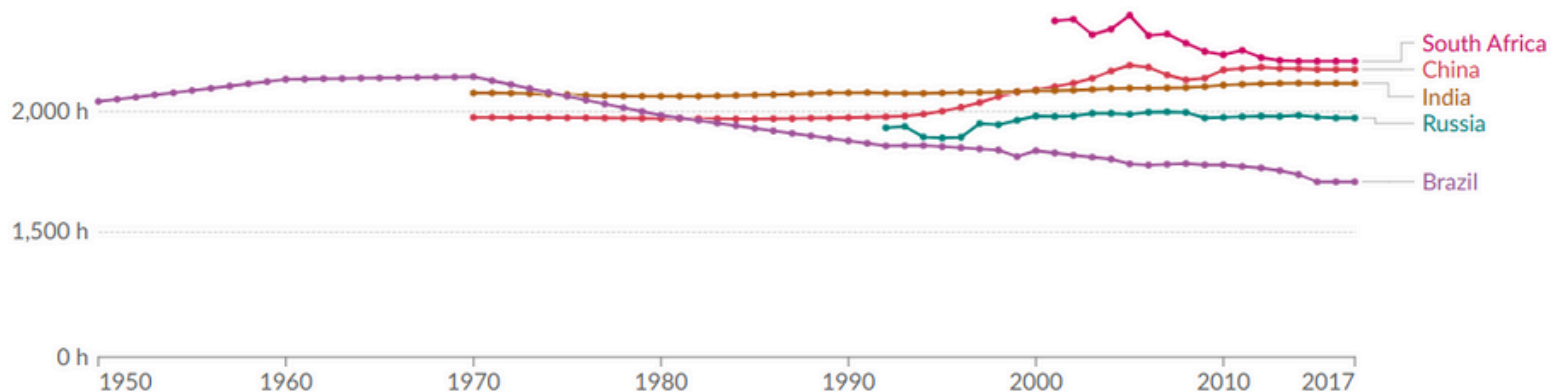


ENCERRAMOS
NOSSAS
ATIVIDADES

Tabela 1 – Práticas para a redução de jornada:

Países de alta produtividade	Brasil
Altos escores em exames de proficiência padronizados, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.	7 em cada 10 alunos não conseguem resolver problemas simples de matemática (converter moedas, comparar distâncias, etc).
Liberdade sindical com sindicatos profissionais.	Unicidade sindical – monopólio sindical ao nível do município.
Autonomia coletiva. Liberdade de negociação.	Intervenção estatal, legislação rígida com previsões constitucionais.
Baixa informalidade.	Alta informalidade e desigualdades regionais.
Redução de horas trabalhadas ao longo de décadas, por meio dos ganhos de produtividade.	Proposta de redução de jornada em 360 dias.
Redução de jornada experimental.	Proposições com alterações da legislação pelo Congresso Nacional.

- Considerando essas diferenças, é necessário explicitar os dados brasileiros confrontados aos de outros países. A Figura 1A compara o número de horas trabalhadas anualmente no Brasil com países dos BRICS. Com cerca de 39h semanais de trabalho na média, **nosso país tem o menor número de horas trabalhadas anualmente por trabalhador pertencente ao grupo**. Além disso, entre os BRICS, o Brasil é o que mais reduziu o número de horas nos últimos 70 anos.

**Figura 1A** – Número médio de horas trabalhadas por ano e por trabalhador: BRICS.

Fonte: Our World in Data.

- Já entre as principais economias latino-americanas, a Figura 1B mostra que a tendência de redução é mais acentuada do que nos BRICS. Nesse caso, México, Colômbia, Chile e Peru possuem mais horas trabalhadas anualmente do que o Brasil e Argentina. Entre os países selecionados, apenas o Uruguai apresenta menor número de horas trabalhadas.

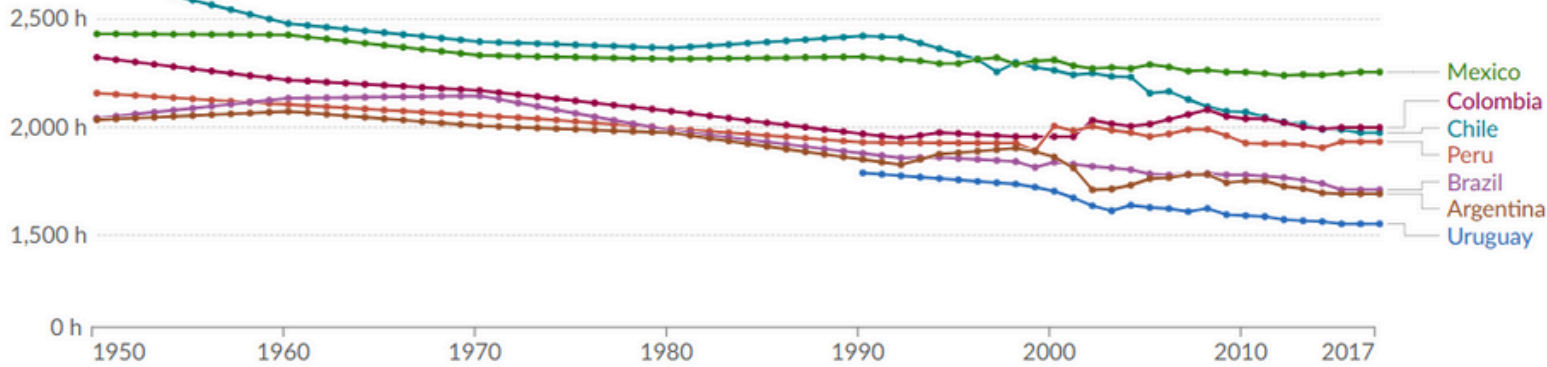


Figura 1B – Número médio de horas trabalhadas por ano e por trabalhador: Brasil e principais países da América Latina.

Fonte: Our World in Data.

- Por fim, as Figuras 2, 2B e 2C abaixo mostram os países que os países que reduziram o número de horas trabalhadas, o fizeram por meio da elevação da produtividade do trabalho. Isso se deu por avanços em educação, na tecnologia e em maiores taxas de poupança e investimento. No entanto, para o caso brasileiro, a economia brasileira possui entraves que não permitiram trilhar o mesmo caminho.

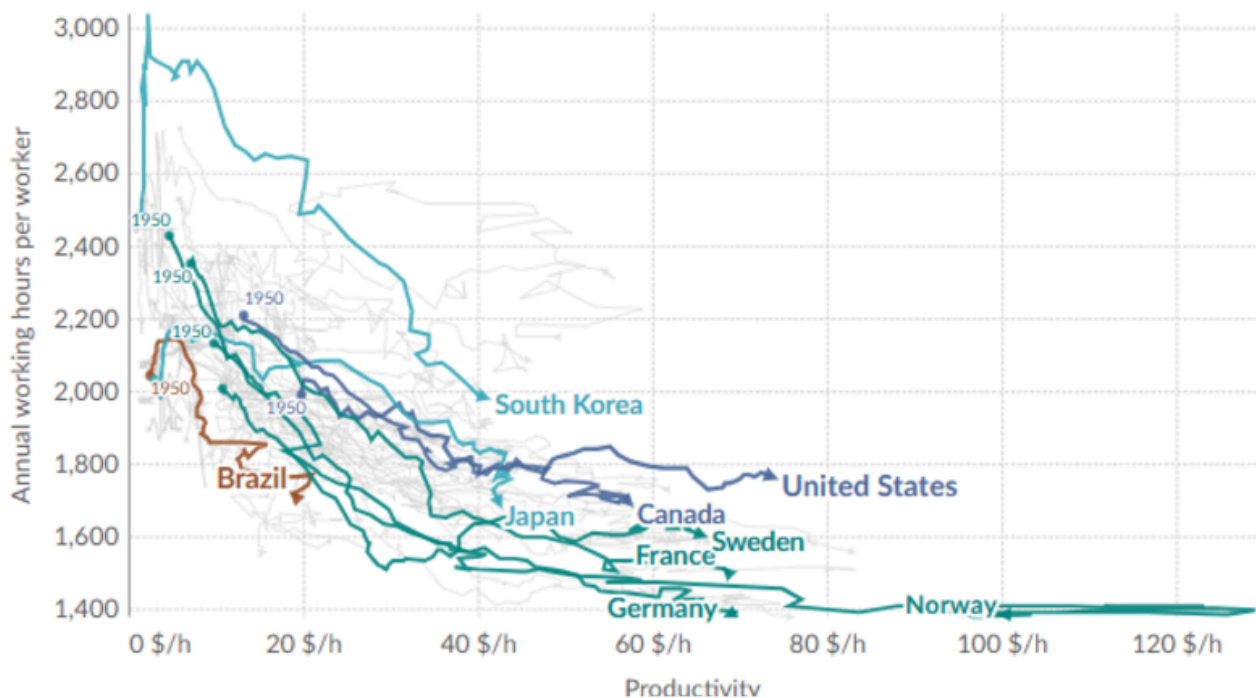


Figura 2 – Vendo os fatos: no mundo, quem reduziu horas trabalhadas o fez aumentando a produtividade - Número de horas trabalhadas e produtividade do trabalho: 1950 a 2019.

Fonte: Our World in Data.

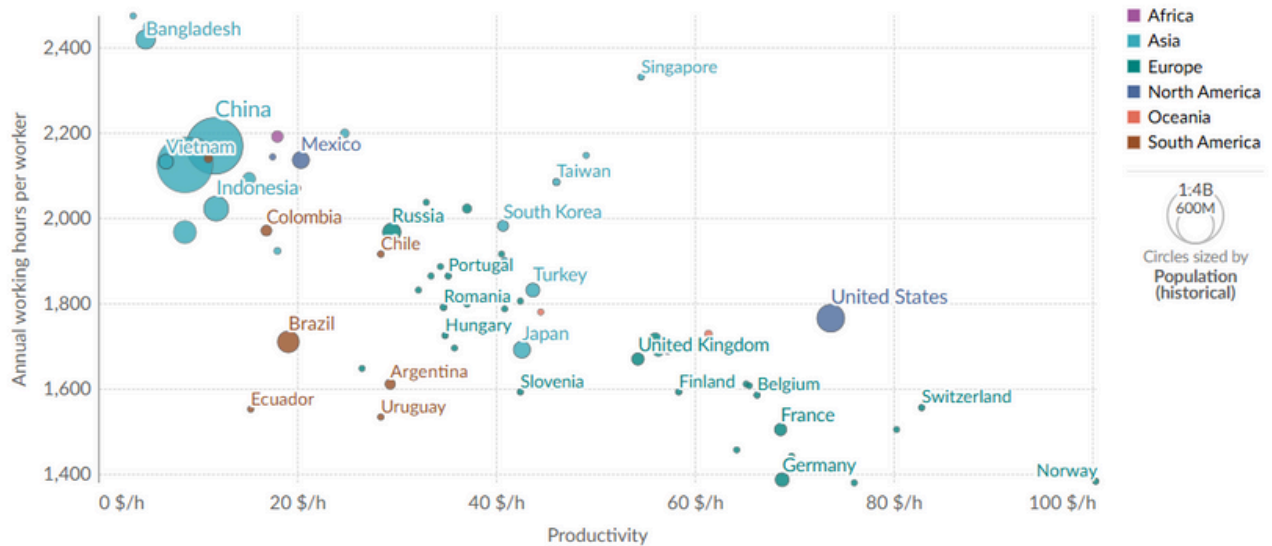


Figura 2B – Lupa: a relação entre produtividade e horas trabalhadas em 2019.

Fonte: Our World in Data.

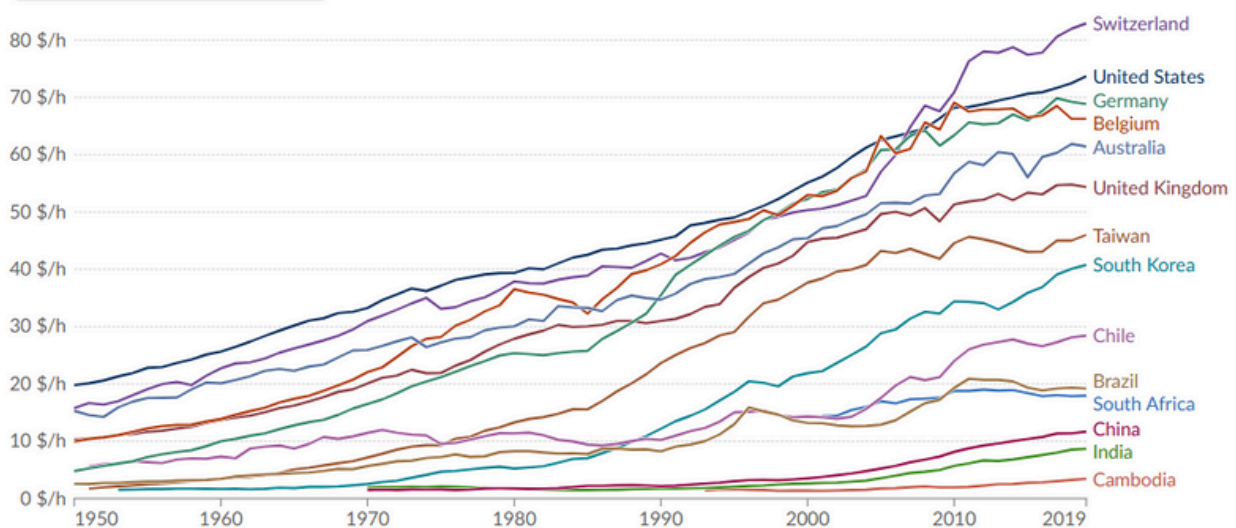


Figura 2C – O resumo de tudo: evolução da produção por hora trabalhada no mundo.

Fonte: Our World in Data.



O que a PEC não consegue responder?

- Existem estudos que estimam o **impacto nos pequenos negócios**, especialmente comércio e serviços? Qual o aumento de custos das empresas? Quanto será **repassado ao consumidor**?
- Considerando que as micro e pequenas empresas são responsáveis por mais de 50% dos empregos formais no setor privado e que essas mesmas empresas possuem margem de lucro reduzida - com uma a cada quatro fechando antes de completarem 2 anos do mercado - qual o **impacto** da escala 4x3 nos **pequenos negócios**?
- Considerando que a **informalidade** no Brasil é de cerca de **40%** do mercado de trabalho, qual a garantia de que a PEC não aumentará a informalidade?
- Considerando que nas regiões norte e nordeste muitos **estados possuem 60 ou 70% de informalidade**, qual o impacto da PEC nas regiões mais pobres e no desenvolvimento regional?
- Haverá repasse para **aumento dos preços**, sobretudo dos setores intensivos em mão de obra?
- Se a reforma tributária recém aprovada onera, reconhecidamente mais, o **setor de serviços**, a escala 4x3 elevará ainda mais os custos para desse setor. Quantas empresas serão fechadas?
- Quais países **impõem** a escala 4x3 universalmente? Houve levantamento a respeito da experiência internacional a respeito desse assunto?
- Quem se beneficiará mais? Trabalhadores mais qualificados ou menos qualificados? Quais processos tendem a ser substituídos ou automatizados? Os de **maior ou os de menor qualificação**?
- Quantos empregos serão **gerados ou destruídos** por essa PEC? Em que setores e regiões?
- Os trabalhadores de menor produtividade que forem **demitidos** serão **treinados** e obterão **qualificação**? Quais projetos de qualificação de trabalhadores serão lançados?

- Qual o **custo de treinar** e qualificar 10, 20 ou 30% dos trabalhadores de menor qualificação do país? O governo arcará com isso? A sociedade pagará com ainda mais impostos ou será um custo a mais para as empresas?
- Atualmente a PEC prevê a entrada em vigor após **360 dias. Esse prazo é suficiente?** Qual o critério de escolha?
- Em caso de aumento do desemprego, existirá alternativa para as empresas e para o Congresso Nacional ou teremos de tramitar outra PEC?
- Os **serviços públicos** (de educação e saúde) serão prestados em menos dias da semana?
- Caso se mantenham os serviços públicos, haverá **impacto fiscal na contratação de mais servidores?** Como isso afetará estados, municípios e a União? Qual aumento de carga tributária é esperado?
- Haverá a restrição para os trabalhadores autônomos, tais como motoristas de aplicativos? Eles perderão renda em caso de imposição irrestrita?

O vai e vem das opiniões de ministros do trabalho, da indústria e da microempresa

- Um dos casos mais emblemáticos de oportunismo político foi a reação, num primeiro momento voltada à atuação sindical, que Luiz Marinho, Ministro do Trabalho, adotou. No dia 11/11/2024, o político sindicalista afirmou que *“o Ministério do Trabalho entende que a questão da escala de trabalho 6x1 deve ser tratada em **convenções e acordos coletivos de trabalho**. A pasta considera, contudo, que a redução da jornada para 40h semanais é plenamente possível e saudável, **quando resulte de decisão coletiva**.”*
- Apesar de sua discreta presença nas redes sociais, a postagem gerou um impacto significativo, com 3.700 comentários e 1,7 milhão de visualizações, grande parte negativa. Dois dias depois, a deputada autora da PEC foi recebida no Palácio do Planalto para discutir a proposta. Com assinaturas já suficientes para sua tramitação, **Marinho rapidamente mudou sua postura, saindo da defesa dos sindicatos e acordos coletivos para um apoio direto à PEC.**

- Sua postura, convenientemente adaptada, foi vista em entrevista em que afirmou que “acabar com a escala de trabalho de 6X1, como fizemos nos metalúrgicos, é fundamental. Portanto, é uma luta - em todas as suas formas, que sempre terá o meu apoio”. Em suas postagens em redes sociais, o ministro passou a acrescentar as hashtags de engajamento: #6x1 #fimdaescala6X1 #FIMDAJORNADA6X1.
- Em paralelo e de forma curiosa, o mesmo ministro enviou em março deste ano um Projeto de Lei Complementar voltado aos motoristas de aplicativos. Nele, propôs um período máximo de 12 horas diárias de conexão do trabalhador a uma única plataforma. Na exposição de motivos, o ministro argumenta que reforça “não apenas os direitos trabalhistas, mas também os valores de solidariedade, justiça e dignidade que fundamentam nossa sociedade”.
- Já o Ministro da Indústria, Comércio e Serviços, o vice-presidente Geraldo Alckmin, antes mesmo de buscar colher a opinião do setor, classificou o assunto como “tendência mundial”. Ao ser questionado por jornalistas se a proposta preocupa o empresariado e as indústrias, disse que “esse é um debate que cabe à sociedade e ao Parlamento”, afirmando que o governo ainda não teria discutido o assunto. Alguns dias depois, no dia 14/11, defendeu com ainda mais ênfase a proposta em suas redes sociais.
- Por fim, o Ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França, **mostrou a fatura para o contribuinte**. [Em entrevista ao site Poder360](#) disse que o governo deveria criar subsídios para compensar uma eventual redução de jornada de trabalho, especialmente para os empresários de menor porte. Para ele *“só tem um jeito de fazer isso, com o governo cobrindo essa parte desse plus. Não está se supondo que o empresário vai tirar do recurso dele e arrumar mais um empregado para poder colocar”*.
- A posição adaptável dos ministros, portanto, revela uma tentativa de capitalizar politicamente em um tema sensível, mas que ainda carece de clareza quanto aos impactos econômicos e às medidas concretas de compensação.

Meio de campo embolado e sem corte de gastos

- Embora a proposta já colhesse assinaturas há meses, seu súbito destaque no noticiário surgiu em um momento oportuno para o governo. Com a proximidade do final do ano, a equipe econômica começou a sinalizar uma crescente urgência em relação ao controle dos

- gastos públicos. Em 15 de outubro de 2024, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, declarou: "Chegou a hora de levar a sério a revisão de gastos", defendendo publicamente a apresentação de medidas de corte ainda em novembro.
- Apesar de Fazenda e Planejamento terem iniciado conversas técnicas para alinhar propostas, as medidas ventiladas pela imprensa começaram a gerar incômodo entre ministros de áreas sociais e até mesmo dentro do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 30 de outubro de 2024, o ministro do Trabalho negou que houvesse discussões sobre mudanças no seguro-desemprego e no abono salarial do PIS/Pasep, ameaçando pedir demissão caso qualquer decisão sobre sua pasta fosse tomada sem sua participação. Ele também criticou vazamentos à imprensa, reforçando que qualquer proposta ainda estava em estágio prematuro.
- No mesmo tom, em 5 de novembro de 2024, a presidente do PT afirmou que a crise fiscal discutida pela mídia era "inexistente". Poucos dias depois, em 7 de novembro, o ministro da Previdência, Carlos Lupi, declarou: "Se cortar direitos na previdência, não tenho como ficar no governo."
- Nesse cenário de tensão, o ministro Fernando Haddad cancelou uma viagem programada à Europa para se concentrar em reuniões com outros ministros sobre o possível corte de gastos. Após dias de discussões, Haddad afirmou que apenas "dois detalhes" impediam o anúncio das medidas.
- No entanto, nenhuma decisão concreta foi tomada. O dólar atingiu níveis comparáveis aos piores momentos da pandemia, os juros futuros projetam uma taxa de 13%, e não se espera nenhuma definição antes da reunião do G20, que ainda está por acontecer.
- A confusão em torno do anúncio das medidas pode ser agravada pela tramitação de um pacote de reajuste salarial para servidores e aumento das funções comissionadas, prometido para o fim do ano. Esse aumento de despesas contradiz as medidas de austeridade defendidas por Haddad. Além disso, o governo enfrenta a concorrência de outras pautas relevantes, como a regulamentação da reforma tributária e as eleições para as presidências da Câmara e do Senado.



TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Janjapalooza: o governo que prefere o show do que a educação

Há indicativos de desvio de finalidade no patrocínio de R\$ 15 milhões da Itaipu Binacional ao evento "Aliança Global Festival", tendo em vista que contraria o escopo do programa "Itaipu Mais que Energia", que deveria atender municípios do Paraná e Mato Grosso do Sul. No total, estatais investiram mais de R\$ 35 milhões no evento, em contrapartida, UFRJ e Museu Nacional estão sem luz por falta de pagamento da conta de R\$ 33 milhões.

Análise

- Identificamos que há um possível desvio de finalidade dos recursos provenientes do Programa Itaipu Mais que Energia para os shows do "Aliança Global Festival", evento que [antecede a cúpula de líderes do G20](#), que ocorrerá entre os dias 18 e 19 de novembro.

FROM 5PM
NOVEMBER
14TH, 15TH, 16TH
MAUÁ SQUARE
RIO DE JANEIRO
FREE PASS

THURSDAY • NOVEMBER 14TH
AGUIDAVI DO JEJÊ • MATEUS ALELUIA • LARISSA LUZ ILESSI • DIOGO NOGUEIRA • RACHEL REIS
RITA BENEDITTO • AFROCIDADE • DANIELA MERCURY SEU JORGE • ROBERTO MENDES • BAILE BLACK BOM

FRIDAY • NOVEMBER 15TH
ZECA PAGODINHO • MARIENE DE CASTRO • MARIA RITA MARCELLE MOTTA • PRÉTIMHO DA SERRINHA
TERESA CRISTINA • ROBERTA SÁ • BAILE BLACK BOM

SATURDAY • NOVEMBER 16TH
FAFÁ DE BELÉM • KLEBER LUCAS • JOVEM DIONÍSIO TÁSSIA REIS • JOTA.PÊ • JALOO • LUKINHAS
MARIA GADU • ALCEU VALENÇA • NEY MATOGROSSO ROMERO FERRO • BAILE BLACK BOM • NOVA ORQUESTRA

g20org • Seguir

g20org On the nights of November 14, 15 and 16, the Global Alliance festival will take place in Rio de Janeiro, bringing together big names in music to support the fight against hunger and poverty. The event is part of the G20 Social Summit program and takes place at Praça Mauá. Check out the full line-up:

Nas noites dos dias 14, 15 e 16 de novembro, acontece no Rio de Janeiro o Festival Global Alliance, que reúne grande nomes da música em apoio ao combate à fome e à pobreza. O evento faz parte da programação da cúpula do G20 Social e acontece na Praça Mauá. Confira o lineup completo:

2.689 curtidas
há 5 dias

- Na arte de divulgação obtida no [perfil oficial do evento na rede social Instagram](#), a informação sobre o patrocínio do programa de Itaipu aparece em evidência.
- De acordo com informações obtidas no [portal de transparência de Itaipu](#), a companhia ofereceu para o evento o montante de R\$ 15 milhões em patrocínio, informando também que a autorização foi conferida por ato da diretoria-executiva da empresa.
- No entanto, entendemos que a iniciativa foge do escopo do programa Itaipu Mais que Energia", que prevê a destinação de recursos para atender ["434 municípios, incluindo todos os 399 do Paraná e outros 35 no Sul do Mato Grosso do Sul"](#).

"2.7 ÁREA DE ABRANGÊNCIA: delimita os municípios das ações patrocinadas pela ITAIPU, sendo composta por todos os municípios do Estado do Paraná e do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Sul do Mato Grosso do Sul – CONISUL, a saber: Amambaí, Angélica Antônio João, Aral Moreira, Batayporã, Caarapó, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Ponta Porã, Rio Brillhante, Sete Quedas, Sidrolândia, Tacuru, Taquarussu e Vicentina".

[Edital de seleção pública para patrocínio ESPP 02/2024 - patrocínio para ações artístico-culturais da área de abrangência da Itaipu desenvolvidas por entidades sem fins lucrativos.](#)

"Após o pagamento total da dívida, em fevereiro de 2023, a atual gestão, reconhecendo a necessidade de uma abordagem mais holística e humanista de planejamento territorial, decidiu pela expansão da área de atuação, **integrando ações de responsabilidade social e ambiental para todo o Estado do Paraná e também para as regiões Noroeste e Sudoeste do Mato Grosso do Sul.**

A ampliação territorial está respaldada no item 5.4 do Plano Diretor de Gestão Ambiental da Entidade, que estabelece as Áreas de Interesse Empresarial, e à Nota Reversal de 31/03/2005, assinada pelos governos do Brasil e do Paraguai, que tornou as iniciativas no campo da responsabilidade social e ambiental como componente permanente da missão da Itaipu”.

Trecho da notícia "**Programa Itaipu Mais Que Energia investe quase R\$ 1 bilhão em 434 municípios do PR e MS**", divulgada no portal institucional de Itaipu Binacional.

A Itaipu adotou o modelo de gestão para suas ações socioambientais, em consonância com a política federal de gestão da água, priorizando a segurança hídrica e o desenvolvimento territorial, na área de influência da usina.

Esse modelo foi estruturado considerando a ampliação da área de atuação de 55 para 434 municípios, sendo 399 no Paraná e o 35 no Mato Grosso do Sul.

[Modelo de Gestão - Ações Socioambientais.](#)

- Além disso, o valor aprovado parece violar o limite de R\$ 3 milhões estabelecido no edital para aprovação pela diretoria-executiva de Itaipu.

"6. RECURSOS FINANCEIROS

6.1 Está previsto para esta seleção o recurso financeiro de até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), sendo distribuídos da seguinte forma:

a) R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) para ações artístico-culturais de abrangência municipal e/ou estadual; e

b) R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para ações artístico-culturais de abrangência nacional e/ou internacional.

6.2 A ITAIPU reserva-se o direito de não utilizar o recurso total previsto no subitem 6.1 desta Seleção Pública.

6.3 O recurso financeiro para cada ação será limitado a:

a) R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para ações artístico-culturais de abrangência municipal e/ou estadual; e

R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para ações artístico-culturais de abrangência nacional e/ou internacional”.

[Edital de seleção pública para patrocínio ESPP 02/2024 - patrocínio para ações artístico-culturais da área de abrangência da Itaipu desenvolvidas por entidades sem fins lucrativos.](#)

- Na [atual composição da diretoria-executiva de Itaipu](#), o Partido dos Trabalhadores (PT) exerce influência notável através da indicação de membros com histórico de atuação no partido, como Enio José Verri, Luiz Fernando Ferreira Delazari e Carlos Carboni.
- Verri, ex-deputado federal pelo PT, foi nomeado Diretor-Geral Brasileiro de Itaipu por [indicação de Lula](#). Delazari, ex-Secretário de Segurança Pública do Paraná no governo de Roberto Requião, foi [indicado por Requião](#) para a Diretoria Jurídica de Itaipu. Já Carboni foi [indicado pela deputada Gleisi Hoffmann](#) para assumir a Diretoria de Coordenação da empresa.



- [Em nota ao jornal "Estadão"](#), a binacional justificou o patrocínio citando a "importância estratégica" e a relevância dos temas do evento para a "agenda internacional do Brasil".

“A Itaipu Binacional patrocinou a Cúpula Social, o Festival Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, e outros eventos de encerramento do G-20, considerando **a importância estratégica de participar de uma ação de escala global que aborda temas como o combate à fome, a pobreza e a crise climática, pontos de grande relevância na agenda internacional do Brasil sob a presidência atual do G-20**”.

“Com esse patrocínio, Itaipu reafirma seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social, participando ativamente de discussões globais de alto nível. A presença do diretor da Itaipu em mesas de debates com ministros e a primeira-dama, e sua participação em eventos com chefes de Estado reforça o posicionamento da empresa no debate sobre sustentabilidade e práticas ESG”.

Outras estatais envolvidas no patrocínio do “Aliança Global Festival”

- Conforme apurado pela [reportagem do “Estadão”](#), a Petrobras teria oferecido aos eventos relacionados à cúpula um montante de R\$ 18 milhões. A estatal adverte que a concessão se deu por “afinidades entre a companhia e temas centrais tratados no G20, como a construção de um planeta mais sustentável, por meio de desenvolvimentos econômico, social e ambiental”. Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal não se manifestaram sobre o tema. Por fim, o BNDES se recusou a fornecer os valores concedidos à iniciativa.

Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Museu Nacional

- Enquanto isso, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) enfrenta cortes de energia elétrica em pelo menos 15 de seus prédios após meses de tentativas fracassadas de negociação com a Light. A interrupção afeta até mesmo o Museu Nacional, vinculado à universidade e em processo de reconstrução, cuja reinauguração está prevista para 2026.
- A dívida total da UFRJ com a Light é de R\$ 31,8 milhões, referente a faturas vencidas entre março e novembro de 2024, além de R\$ 3,9 milhões de parcelas não pagas de um acordo firmado em 2020.
- Considerando apenas o patrocínio de Itaipu e Petrobras soma-se um total de R\$ 33 milhões, montante suficiente para sanear as faturas de energia de uma das maiores universidades federais brasileiras. Tal dicotomia é um reflexo patente do atual governo, que, em sua ânsia pelas luzes do populismo, olvida seus mais nobres compromissos.



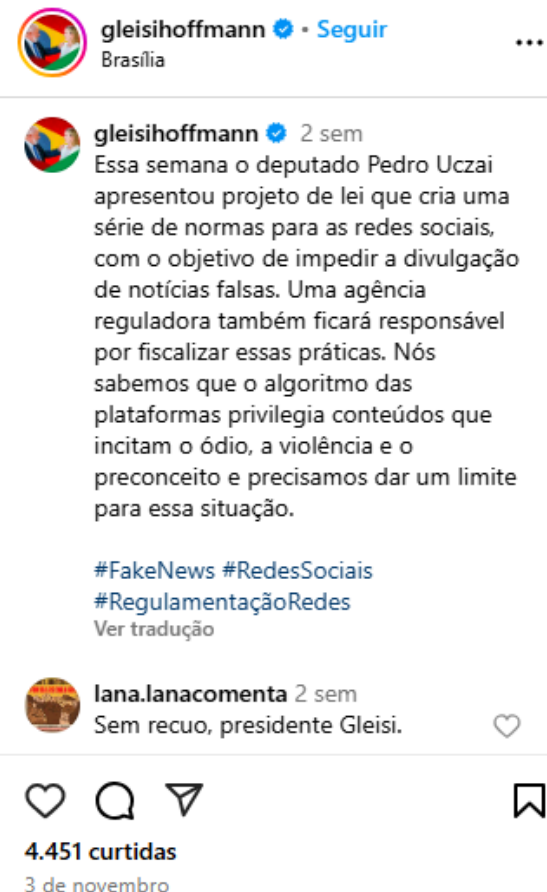
TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO

Presidente do PT patrocina novo projeto de censura da internet

Gleisi Hoffmann solicitou o projeto como resposta à fraca performance do PT nas eleições municipais de 2024, visando fortalecer as narrativas do partido e combater o que considera desinformação. Identificamos riscos de controle político das plataformas, abuso na moderação de conteúdo e falta de transparência.

Análise

- Desde o anúncio do [resultado pífilo do Partido dos Trabalhadores nas últimas eleições municipais](#), a presidente da legenda, deputada Gleisi Hoffmann, elegeu as redes sociais como bode expiatório. Segundo a



Após pedido de Gleisi, petista apresenta novo “PL das Fake News”

deputada, a [“esquerda vai continuar sendo massacrada nas redes sociais se não regularmos”](#), deixando nas entrelinhas que o viés político move e justifica o projeto de censura da internet.

- O [Projeto de Lei nº 4.144/2024](#), de autoria do deputado Pedro Uczai (PT-SC) [a pedido de Gleisi](#), propõe uma agência reguladora para fiscalizar o conteúdo em plataformas digitais, combater a desinformação e aplicar multas e suspensões a empresas infratoras, além de definir desinformação e informação enganosa.
- A norma concentra o poder decisório na agência reguladora do Executivo, abrindo espaço para regulamentações com viés político que ameaçam a liberdade de expressão e o debate público. Além disso, faltam critérios para impedir a captura ideológica e mecanismos de participação para as diversas visões políticas e técnicas.
- Entendemos que a iniciativa traz um risco adicional ao considerarmos que o PT é um dos maiores propagadores de desinformação, atacando adversários políticos e espalhando mensagens falsas por meio de seus líderes. Nesse contexto, qual seria a legitimidade de seus indicados definirem o que seria “desinformação” ou “informação enganosa”?
- Em vez de fomentar um debate livre e construtivo, o partido tem se notabilizado pela propagação de desinformação, usando a manipulação midiática e as fake news para controlar a narrativa pública conforme sua conveniência. Seguem alguns dos exemplos recentes que atestam esse fato.

“*Informação enganosa:* “E vamos ser francos. Os países que não pagaram, seja Cuba, seja Venezuela, é porque o presidente [Jair Bolsonaro] resolveu cortar relação internacional com esses países e, para não cobrar, para poder ficar nos acusando, deixou de cobrar.
Fato: Os dois países deixaram de pagar o BNDES em 2018, quando o presidente era Michel Temer.
Gazeta do Povo. [As mentiras do primeiro ano de mandato de Lula.](#)”

“*Informação enganosa:* Em uma entrevista coletiva, Lula disse ser “fake news” que a Ucrânia solicitou ao governo brasileiro a compra de 450 blindados-ambulância para ajuda humanitária. Fato: De acordo com o Estadão, o pedido foi enviado ao ministro da Defesa, José Múcio, em 27 de abril. Posteriormente, por pressão do PT, o Itamaraty vetou a venda de blindados à Ucrânia e o país perdeu o negócio, no valor de R\$ 3,5 bilhões. Gazeta do Povo. [As mentiras do primeiro ano de mandato de Lula.](#)”

“*Informação enganosa:* “Presidente Lula, está na hora de enfrentarmos esse discurso mercadocrata, dos ricos deste País, de que temos risco fiscal. Qual risco? De não pagar a dívida? Mentira. Fato: Dívida pública bruta e rombo fiscal retomam níveis da pandemia. [Gleisi Hoffmann sobre o risco fiscal.](#)”



- Há inúmeros exemplos da máquina de desinformação movida pelo partido, mas talvez o exemplo mais emblemático foi vivenciado pela atual ministra do Meio-Ambiente, Marina Silva, vítima de campanhas difamatórias movidas pela propaganda petista, sob o comando de João Santana.
- Dentre os boatos, veicularam a informação enganosa de que a então candidata acabaria com o Bolsa Família. Inclusive, essa investida contra Marina foi classificada como [fake news pelo ministro Luiz Fux, então presidente do TSE.](#)

“*Quando ela [Dilma] foi para a Casa Civil, tivemos divergências, mas nada mais do que isso. Tivemos um debate civilizado. Mas em 2014, a campanha da Dilma inaugurou as fake news. Eles tiveram algo similar ao 'gabinete do ódio'. Quem inaugurou as fake news foram Dilma e João Santana. Isso está mais do que comprovado".* Marina Silva, em entrevista para o [Uol.](#)”



4 MEIO AMBIENTE

Oposição mitiga efeitos colaterais da regulamentação do Mercado de Carbono

A oposição assegurou direitos aos produtores rurais e proprietários de terras preservadas, além de impedir cobranças duplicadas no setor de energia e indústria.

Análise

- O Projeto de Lei 182/2024, que estabelece o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), foi aprovado pelo Senado. A iniciativa cria um mercado de carbono no Brasil para negociar créditos de emissão de gases de efeito estufa, com base em práticas já adotadas por outros países.



- Por um lado, o projeto é considerado positivo para o setor agropecuário e para projetos que promovem a retenção de carbono, áreas nas quais o Brasil se destaca, possuindo um grande estoque a ser aproveitado, especialmente com iniciativas de preservação da mata nativa, fruto de nossa rigorosa legislação ambiental. Essas conquistas são fruto da articulação de senadores da Oposição, com destaque para atuação dos senadores Teresa Cristina (PP/MS) e Marcos Rogério (PL/RO).



“A emenda que eu apresentei garantiu aos donos e proprietários de terra que eles tenham o direito de receber o equivalente à área de preservação de cada um. A proposta que foi aprovada na Câmara não tinha isso, ou seja, os estados usavam mas não repassavam para os proprietários de terra. Com a emenda que apresentei, corrigimos essa distorção, garantindo o direito do dono das propriedades que preservam de ter parte do financeiro do crédito de carbono”.

Senador Marcos Rogério (PL/RO).

- No entanto, o projeto não está isento de controvérsias. A pressão internacional sobre o país, especialmente de países europeus, é um ponto crítico. Países membros da União Europeia ameaçam impor sobretaxas a produtos brasileiros, como o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM), que afetariam setores industriais estratégicos para o Brasil, como os de aço e alumínio.
- Em que pese as ameaças, o Brasil representa apenas 3% das emissões globais de gases de efeito estufa (Tabela 1), com cerca de 1.531,5 MtCO₂e em 2021, enquanto países como China, EUA e membros da UE respondem por 25%, 11% e 6,3%, respectivamente, totalizando quase metade das emissões globais.

¹ AFONSO, José Roberto R. O mercado de carbono previsto no PL 182/2024 e o setor de O&G: análises preliminares da experiência brasileira e das formas de reciclagem de receita. 2024. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/11/estudo-mercado-de-carbono-termicas.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2024.

Tabela 1 - Participação do Brasil nas Emissões Globais de Carbono.

ANO	Emissão do Brasil (MtCO ₂ e)	Percentual das Emissões Globais	Ranking do Brasil	Fonte de Dados
2021	1.531,50	3%	5°	Climate Watch
2022	1.140	2,20%	7°	Potsdam Institute for Climate Impact Research (PIK)
2022	483,48 (apenas CO ₂)	1,30%	13°	Global Carbon Project

Fonte: [Climate Watch](#).

- Há um consenso de que a principal contribuição do Brasil para as emissões de gases de efeito estufa, especialmente CO₂, é o desmatamento da Amazônia, um problema persistente desde 1959². Todavia, esse fator não será diretamente abordado com as metas e compromissos estabelecidos pelo SBCE, que serão direcionados para a indústria e o setor de energia, o que revela uma falha no desenho da política pública.
- É essencial que o Brasil se comprometa com a redução de suas emissões de GEE, alinhando seus esforços aos de seus principais parceiros internacionais, mas deve-se considerar que o país possui uma das metas de descarbonização mais ambiciosas e apresenta resultados superiores aos seus pares, como demonstrado na Tabela 2.

² FRIEDLINGSTEIN, Pierre et al. Global Carbon Budget 2023. Earth System Science Data, v. 15, n. 12, p. 5301–5369, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5194/essd-15-5301-2023>. Acesso em: 05 dez. 2023.

Tabela 2 - Situação do cumprimento das metas de descarbonização por país.

Países	Índice observado em 2005	Índice observado em 2021	Meta de descarbonização - 2030 em %	Meta de descarbonização - 2030 em número absoluto	Quanto falta
China	6,86	12,79	-	-	-
EUA	6,35	5,56	50%	3,175	2,385
UE	4,28	3,14	55%	2,354	0,786
Índia	1,52	3,42	45%	0,684	2,736
Rússia	2,63	1,98	70%	1,841	0,139
Brasil	2,02	1,53	53%	1,0706	0,459

Fonte: [Climate Watch](#) e [Climate Action Tracker](#).

- Se o Brasil, ao avançar com retidão rumo ao cumprimento de suas metas climáticas, logra superar o desempenho de nações mais industrializadas e poluentes, como as europeias, seria lícito submeter-se à imposição de sobretaxas sobre seus produtos, sob o pretexto de descontrole das emissões de carbono?



“A matriz elétrica brasileira já é uma das mais limpas do mundo, e nosso setor de petróleo e gás tem padrões de emissões melhores que a média mundial. Precisamos de um arcabouço regulatório que valorize essa realidade, sem penalizar nosso desenvolvimento”.

“Hipócritas! Nos pedem um sacrifício que eles mesmo não fazem!”

Senador Rogério Marinho (PL/RN).

”

“*Estamos discutindo aqui em cima de nada. O que estamos discutindo é que parte do Brasil deve abrir mão de coisas concretas por alguma coisa de que não temos controle. Não vou colocar minha digital em algo que considero inútil.*
Senador Márcio Bittar (União/AC).



- O compromisso inicial do Protocolo de Kyoto, que atribuía aos países desenvolvidos a maior responsabilidade pelas reduções de emissões, parece ter sido invertido. Agora, o ônus recai sobre as nações em desenvolvimento, rompendo o princípio de "responsabilidade comum, mas diferenciada e respectivas capacidades".
- Além disso, deve-se sopesar que o Brasil possui um dos códigos florestais mais avançados e abrangentes do mundo, com a preservação de aproximadamente 64,5% de seu território nacional³ – posicionando-se como a segunda maior nação em termos de extensão florestal preservada, superando países como Canadá e Estados Unidos. O sistema legal brasileiro impõe rigorosos padrões de conservação, refletindo o compromisso do país com a proteção de suas reservas naturais e biodiversidade.
- Nesse sentido, o que realmente parece estar em jogo é o fortalecimento do protecionismo europeu, com o estabelecimento de barreiras "ambientalmente justificáveis".
- O SBCE, com suas metas-limite, que serão majoritariamente atendidas pelos setores de energia e indústria, impactará diretamente a competitividade do Brasil em produtos de maior valor agregado, intensificando o denominado "Custo Brasil".

³ MAPBIOMAS. Em 2023, a perda de áreas naturais no Brasil atinge a marca histórica de 33% do território. 21 ago. 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2024/08/21/em-2023-a-perda-de-areas-naturais-no-brasil-atinge-a-marca-historica-de-33-do-territorio/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

⁴ FAO. Global Forest Resources Assessment 2020. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/9f24d451-2e56-4ae2-8a4a-1bc511f5e60e/content>.

- Embora o texto preveja mecanismos de proporcionalidade na responsabilidade dos operadores (incisos VI e VII, §1º, art. 21), a proposta não parece viável para o cumprimento das NDCs do Brasil, visto que se concentra em setores responsáveis por apenas 27,71% das emissões totais do país, negligenciando o desmatamento (36,09%), que tem o maior impacto nos custos ambientais, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 - Emissão de Gases de Efeito Estufa (por setor).

Setor	2020	Participação em %
Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas	644.456,00	36,09%
Agropecuária	554.989,00	31,08%
Energia	392.494,00	21,98%
Processos Industriais e Usos de Produtos	102.246,00	5,73%
Resíduos	91.439,00	5,12%
Total	1.785.624,00	100%

Fonte: [MCTIC](#).

- Na agropecuária, há incertezas sobre as metodologias para medir impactos, dada a diversidade de culturas e rebanhos. Além disso, deve-se considerar a mitigação de emissões por certas culturas como fator compensatório. Por isso, os legisladores decidiram aguardar a consolidação de pesquisas na literatura mundial antes de definir metas e modelos.
- Nessa linha, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) apresentou a [Coletânea de Fatores de Emissão e Remoção de Gases de Efeito Estufa da Pecuária Brasileira](#) e a [Coletânea de Fatores de Emissão e Remoção de Gases de Efeito Estufa da Agricultura Brasileira](#), que reúnem mais de 400 estudos para subsidiar políticas climáticas, fortalecendo práticas sustentáveis e destacando o Brasil como referência global na redução de emissões no setor agropecuário.

- Se a contribuição efetiva do SBCE para as metas de emissão de GEE é incerta, a elevação dos custos é uma certeza. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, [em ofício dirigido ao presidente do Senado Federal](#), é enfática ao afirmar que a aprovação do projeto de lei trará "custos extraordinários ao setor de energia e às indústrias, comprometendo a competitividade do país no cenário internacional".
- O [Instituto Pensar Energia](#), por sua vez, estima que o setor de energia terá um custo adicional de R\$ 15,3 bilhões para neutralizar a emissão de carbono, valor que será repassado aos consumidores. Destes, R\$ 11,4 bilhões seriam repassados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) na Conta de Desenvolvimento de Energia (CDE), subsídios que representam, em média, 13,67% da tarifa paga pelos consumidores residenciais, conforme dados de 2024.
- Atuando para mitigar esse efeito deletério sobre os brasileiros, destacamos a atuação dos senadores Esperidião Amin (PP/SC), Carlos Portinho (PL/RJ) e Rogério Marinho (PL/RN). A negociação envolveu o estabelecimento de regras que evitem cobranças ou regulações duplicadas, o que foi comemorado pela indústria e o setor de energia.



“O Brasil precisa de um mercado de carbono que impulse o desenvolvimento sustentável sem sufocar nossa capacidade de gerar energia e criar riqueza. Nosso objetivo é construir um modelo justo, equilibrado e que respeite a realidade de nosso setor energético, sem empilhamento de impostos.”
Senador Esperidião Amin (PP/SC).

“Não podemos permitir que o custo do mercado de carbono seja repassado de forma indiscriminada aos consumidores, já sobrecarregados com tarifas elevadas. Nosso papel é garantir um equilíbrio que promova a sustentabilidade sem sacrificar ainda mais a competitividade e o desenvolvimento do setor energético nacional.”
Carlos Portinho (PL/RJ).



- É fundamental monitorar os impactos dessa política e participar ativamente das discussões sobre a regulamentação do Mercado de Carbono no Brasil, já que grande parte será definida por normas infralegais.

5 AGRO

Adjudicação ilegal de imóveis rurais: Governo ignora regras, impactos fiscais e fragiliza a segurança jurídica no campo

A recente política de adjudicação de imóveis rurais para reforma agrária desrespeita normas fiscais e legais, gerando insegurança jurídica e prejudicando a estabilidade do setor agropecuário. Ao ignorar princípios da transparência orçamentária e os critérios de função social da propriedade, a medida compromete a sustentabilidade econômica do campo e agrava os desafios de endividamento dos produtores rurais, além de sobrecarregar o orçamento público.

- A [Portaria Interministerial AGU/MDA/MF nº 4/2024](#) estabelece novos parâmetros para a adjudicação de imóveis rurais de devedores da União, destinando-os à reforma agrária. A medida veio para atender ao programa “Terra da Gente”, criado pelo [Decreto nº 11.995/2024](#), que tem por objetivo assentar 295 mil famílias até 2026. Contudo, ambas a Portaria e o Decreto atropelam normas legais e fiscais, gerando insegurança jurídica e ameaçando a estabilidade do setor agropecuário.



Implicações: Desrespeito à Transparência Orçamentária

- O entendimento da Advocacia-Geral da União (AGU), que fundamenta a adjudicação sem registro de receita ou despesa orçamentária, contraria princípios básicos da [Lei de Responsabilidade Fiscal \(LRF\)](#) e da [Constituição](#). Ignorar esses registros prejudica o cálculo da receita corrente líquida e as aplicações obrigatórias em saúde e educação, além de comprometer a repartição tributária entre estados e municípios.
- O [Manual de Contabilidade Pública](#) enfatiza a necessidade de contabilizar os recursos provenientes da adjudicação, o que foi ignorado na regulamentação atual. Essa negligência representa uma burla ao orçamento público, transferindo o custo da reforma agrária a outros setores essenciais.

Função Social da Propriedade Ignorada: Um Atalho Perigoso

- O [Decreto nº 11.995/2024](#) permite a adjudicação de imóveis sem observar o § 4º do artigo 184 da Constituição, que diz:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

[...]

§ 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

[Constituição Federal](#)



- A Constituição Federal, no artigo 184, § 4º, estabelece que **o orçamento deve, anualmente, determinar tanto o volume de títulos da dívida agrária quanto os recursos necessários para o programa de reforma agrária no período**. Dessa forma, os recursos destinados ao programa precisam estar adequadamente incluídos no orçamento, seja por meio de créditos iniciais ou suplementares. **Cabe ao Congresso Nacional a responsabilidade de decidir sobre a distribuição dos limitados recursos públicos entre os diversos programas governamentais, incluindo a reforma agrária**. Além disso, é importante destacar que a Constituição proíbe categoricamente “o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual” (art. 167, inciso I).
- Adicionalmente, a falta de avaliação rigorosa da destinação do imóvel aumenta o risco de improdutividade, contrariando o objetivo declarado de reforma agrária. Isso configura um retrocesso jurídico, violando os direitos de propriedade e gerando precedentes para desapropriações arbitrárias.

Impactos Econômicos e Sociais no Setor Agropecuário

- A política em questão negligencia os desafios enfrentados pelos produtores rurais endividados, cujas dificuldades frequentemente decorrem de oscilações de mercado e crises climáticas. Ao priorizar a adjudicação direta, o governo desconsidera o papel estratégico do agronegócio na economia brasileira, que responde por mais de 25% do PIB e por grande parte das exportações nacionais.
- O risco de perda de propriedades produtivas ameaça a sustentabilidade econômica no campo e desincentiva investimentos, comprometendo a segurança alimentar e a balança comercial do Brasil.

A Fragilidade Jurídica e o Prejuízo à Reforma Agrária

- A ausência de contrapartida financeira na transferência de imóveis adjudicados subverte o equilíbrio das contas públicas. Conforme apontado pelo Ministério Público de Contas, essa prática pode distorcer a alocação de recursos e comprometer a continuidade de programas sociais importantes, como saúde e educação.
- Ademais, a reforma agrária deveria ser conduzida dentro de marcos legais claros, garantindo que os imóveis incorporados ao Programa Terra da Gente sejam adequados para sua destinação, o que não está garantido nas novas normas.

Propostas da Oposição para Reverter os Danos

- 1. Revogação das Normas:** Propor a suspensão imediata da Portaria Interministerial nº 4/2024 e do Decreto nº 11.995/2024 no Congresso Nacional.
- 2. Fiscalização Intensa:** Convocar o Tribunal de Contas da União (TCU) para auditar os processos de adjudicação realizados sob as novas regras.
- 3. Audiências Públicas:** Engajar representantes dos produtores rurais para discutir soluções que combinem justiça social e segurança jurídica.

Conclusão: Um Chamado à Responsabilidade e ao Equilíbrio

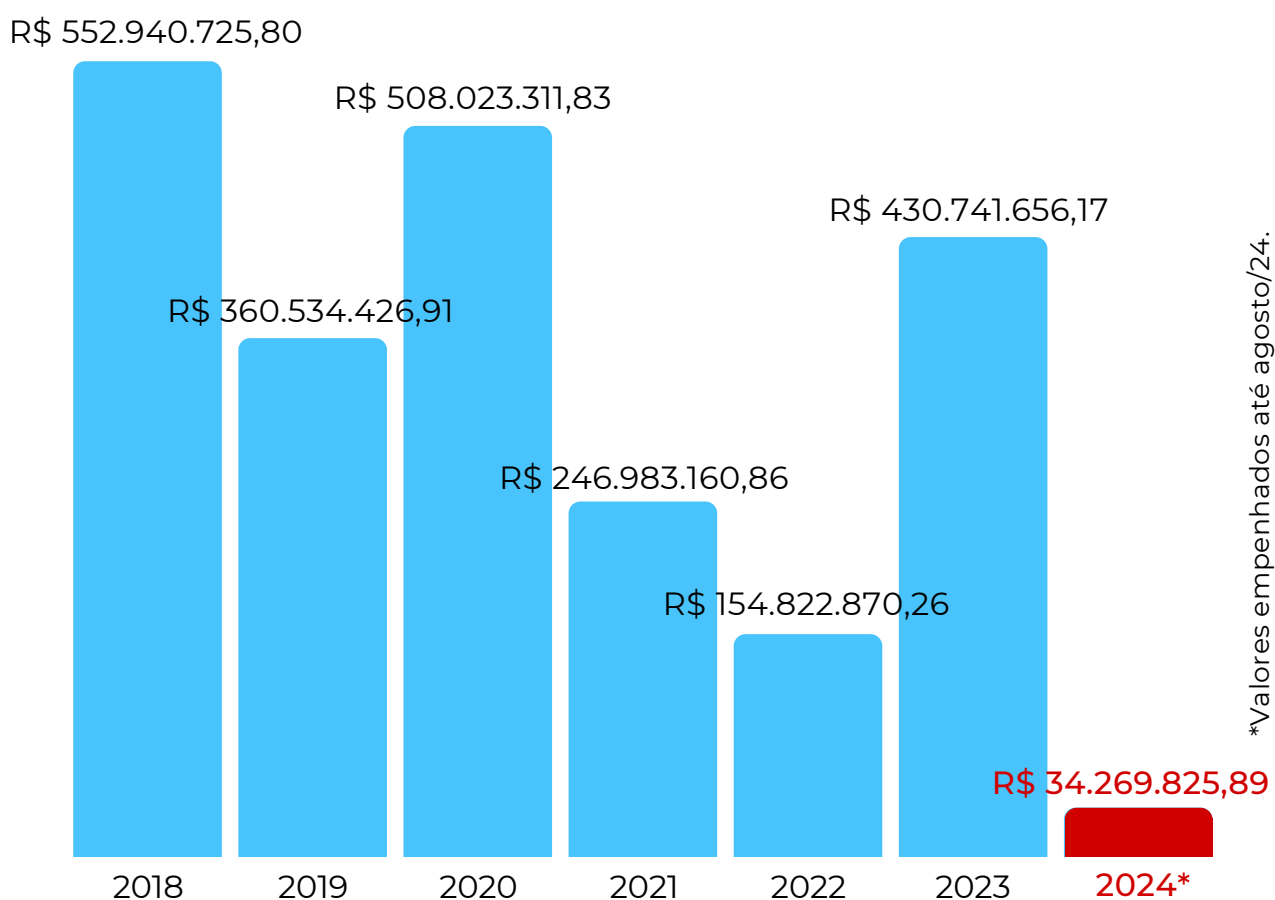
- O Brasil precisa de uma política agrária que respeite os direitos de propriedade e os princípios fiscais, sem comprometer a transparência e a estabilidade do setor produtivo. A oposição deve atuar como guardiã desses valores, impedindo que medidas improvisadas e autoritárias causem danos irreversíveis ao campo e ao país.

Prioridades trocadas: Governo Lula Prefere Favorecer Expansão de Terras Para Militantes Enquanto Assentados Permanecem Abandonados

- O [Relatório nº 66, de 23 de setembro de 2024, do Observatório da Oposição](#), trouxe análise sobre estudo aprofundado da CGU, que apontou problemas graves na política de reforma agrária do Brasil. **Entre os 9.501 assentamentos criados desde 1975, apenas 6% foram consolidados, enquanto mais de 907 mil famílias vivem em condições precárias**, sem acesso a infraestrutura básica, como água, saneamento e energia elétrica.

- O problema central é que o governo federal tem priorizado a criação de novos assentamentos, como demonstrado no programa "Terra da Gente", ao invés de solucionar os problemas dos assentamentos já existentes. Dados apontam que **apenas R\$ 34,3 milhões foram empenhados em 2024 para consolidação, resultando em R\$ 37,80 por família**, um valor irrisório frente às reais necessidades e comparado com outros anos.

Gráfico. Total de valores empenhados por programas relacionados ao processo de consolidação:



Fonte: Elaborado por Observatório da Oposição, com dados da CGU.

